

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.512 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2002

Congresso elege integrantes do Conselho de Comunicação Social

Previsto na Constituição de 1988, órgão será instalado agora como auxiliar do Legislativo em matérias relacionadas à liberdade de manifestação do pensamento, de criação e de informação. Mandato dos 13 membros vai até março de 2003



O Congresso elegeu ontem os integrantes do Conselho Nacional de Comunicação Social, que terão mandato até 31 de março de 2003. A criação do órgão foi determinada pela Constituição de 1988 e normatizada por lei aprovada em 1991, mas sua instalação efetiva só acontecerá agora, após a escolha dos 13 membros e respectivos suplentes. O conselho deverá realizar estudos, a partir de solicitações enviadas pelo Legislativo, a respeito de assuntos como a liberdade de manifestação do pensamento, propaganda comercial de fumo, álcool, agrotóxicos, medicamentos e terapias, programação de rádio e TV, diversões e espetáculos públicos, outorga e renovação de concessões. A lista de eleitos para compor o órgão inclui empresários de comunicação, jornalistas, representantes dos artistas e profissionais de cinema e vídeo.

Sessão conjunta do Senado e da Câmara tomou a decisão que permitirá instalar, após quase 14 anos, o Conselho de Comunicação Social

PÁGINA 7

Municípios poderão cobrar taxa de iluminação pública

Senadores aprovam, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição que autoriza a cobrança do serviço pelo Distrito Federal e municípios, incluindo o valor na conta de energia elétrica

Aprovado acordo contra discriminação da mulher

Plenário do Senado aprovou ontem protocolo facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

Senado vota proposta para reduzir atraso de precatório

Projeto que facilita o pagamento de precatórios pelos estados e Distrito Federal está na pauta de hoje do Senado. Serão favorecidas as dívidas de natureza alimentar.



Cobrança de taxa de iluminação pública obteve 63 votos favoráveis no Plenário

PÁGINAS 2 E 3

Estado deve indenizar mais vítimas da repressão

PÁGINA 4

Tebet quer maior participação da Guarda Municipal

O presidente do Senado, Ramez Tebet, manifestou ontem a um grupo de prefeitos integrantes do Fórum Metropolitano de São Paulo a esperança de vir a promulgar, ainda este ano, emenda constitucional que amplia a participação das guardas municipais no combate à violência, em coordenação com outras entidades responsáveis pela segurança pública. A matéria, aprovada pelo Senado, tramita na Câmara.

O senador disse aos representantes do fórum, entidade formada por 39 municípios da Grande São Paulo, que a proposta de atribuição de novas funções para as guardas municipais está de acordo com a tendência de realizar a integração das entidades envolvidas na repressão ao crime.

— A aprovação da proposta é sinal concreto de que deve existir uma parceria entre as três esferas da segurança pública. Os prefeitos representam a consciência nacional da necessidade de diminuir a violência — afirmou Tebet.

Conselho de Ética analisa denúncias contra Suassuna

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprecia hoje relatório do senador Moreira Mendes (PFL-RO) sobre denúncias de pedido de propina envolvendo os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Wellington Roberto (PMDB-PB). As denúncias foram publicadas pela revista *Época*, em maio.

A reportagem da revista semanal trata da prisão de um empresário ligado a Ney Suassuna que teria acusado o senador de cobrar propina para liberar verbas no Ministério da Integração Nacional. Na sessão plenária do Senado do último dia 21, Suassuna negou a acusação e afirmou que sua gestão à frente do ministério foi pautada pela transparência.

O pedido de apuração foi encaminhado pelo líder do Bloco Oposição, Eduardo Suplicy (PT-SP), e assinado pelos senadores do bloco.

Senado vota substitutivo sobre precatório alimentar

Projeto permite utilização de depósitos judiciais para pagamento de dívidas referentes a salários, pensões e benefícios previdenciários

O Plenário do Senado deve votar hoje projeto que contribuirá para que os estados e o Distrito Federal paguem dívidas determinadas pela Justiça, desde que oriundas de processos que envolvam pagamentos de salários, pensões, benefícios previdenciários e indenização por morte ou invalidez — os chamados precatórios de natureza alimentar.

O projeto permite que os estados usem no pagamento desses precatórios até metade dos depósitos judiciais feitos nos bancos por pessoas ou empresas que contestam cobrança de impostos. A falta de dinheiro tem dificultado os estados no rápido pagamento dos precatórios alimentícios, como manda a Constituição.

No mês passado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, alertou que, se o Congresso não encontrar uma



Romeu Tuma é autor da proposta, que já foi aprovada pela CAE e CCJ

solução para o problema de atraso de pagamento de precatórios, terá de colocar em julgamento cerca de 2 mil processos que pedem intervenção federal nos estados que deixaram de cumprir determinações da Justiça. Só o estado de São Paulo deve cerca de R\$ 2,5 bilhões em precatórios alimentares.

O projeto que os senadores examinarão é um substitutivo de Romeu Tuma (PFL-SP), aprovado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que altera proposta do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP). Pelo substitutivo os estados poderão usar metade dos depósitos judiciais ligados a ações tributárias, quando o projeto original permitia usar todo o dinheiro depositado.

Romeu Tuma sustenta que a alteração evitará “os riscos orçamentários inerentes ao repasse integral”. Ao defender o substitutivo, o senador destaca a forma criativa encontrada para ajudar os estados a pagarem os precatórios, usando dinheiro que fica nos bancos à espera de decisão judicial.

Empréstimo para Rondônia será examinado hoje

Projeto que autoriza operação de crédito externo no valor de US\$ 35 milhões, destinado ao programa de gerenciamento da malha rodoviária de Rondônia, será votado hoje pelo Plenário. Os recursos destinados ao estado serão financiados pela Cooperação Andina de Fomento, com aval da União.

Outro projeto em pauta é o que cria a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. A proposta da Câmara que dispõe sobre a fiscalização sanitária durante a realização de rodeios também será votada.

Há ainda dois projetos de lei provenientes da Comissão Mista de Segurança Pública. Ambos al-

teram o Código de Processo Penal, em procedimentos relativos ao interrogatório do acusado, à defesa e ao tribunal do júri.

Além disso, transcorre hoje a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que impõe limites de despesas ao Poder Legislativo municipal.

Comissão repudia uso de armas nucleares

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem moção de repúdio ao uso de armas nucleares no conflito entre Índia e Paquistão. A moção, de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), será enviada aos parlamentares dos

dois países juntamente com os votos de que o conflito seja resolvido pacificamente, sem cogitar o uso de armas atômicas.

A CRE também aprovou a indicação de Marcus Camacho de Vincenzi para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Líbano.

Ainda foram aprovadas as indicações de Synesio Sampaio Góes Filho, embaixador brasileiro na Bélgica que acumulará o cargo em Luxemburgo, e Ney do Prado Dieguez, que ocupa a embaixada na Guiana e acumulará o cargo junto a São Vicente e Granadinas.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

9h — Recebe a deputada Nair Lobo
9h30 — Recebe a juíza Sílvia Stainer
10h — Recebe o presidente da Anatel, Luiz Guilherme Schymura
10h30 — Recebe o deputado Arnaldo Faria de Sá, acompanhado da presidente da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público de São Paulo, Zilda Halben Guerra
17h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 48/02, institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco; PLC nº 116/01, dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio; PLC nº 147/01, dispõe sobre depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos estados e do Distrito Federal; Mensagem nº 164/02, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia do Brasil, no valor total equivalente a US\$ 35 milhões, de principal, entre o governo de Rondônia e a Corporação Andina de Fomento (CAF), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado de Rondônia; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, dos PLSs nºs 71 e 72, de 2002, alteram dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), relativos ao interrogatório do acusado, à defesa efetiva e ao tribunal do júri; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nºs 254/02, do senador Sebastião Rocha, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 510/99 com o de nº 63/99, que já se encontra apensado aos PLSs nºs 97, 159 e 453, de 1999, e 55/00, por regulamentar a mesma matéria; e 249/02, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 124/00 e 47/02, por regulamentar a mesma matéria.

COMISSÕES

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: apreciação do relatório do senador Moreira Mendes sobre a Denúncia nº 1/02, referente aos senadores Ney Suassuna e Wellington Roberto. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

9h30 — Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
Pauta: audiência pública com a exposição do ministro Nelson Jobim, presidente do TSE, e do general Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sobre urnas eletrônicas; sigilo e segurança do processo eleitoral; e relatório final de avaliação do Sistema Informatizado de Eleições do TSE, elaborado pela Unicamp. Plenário nº 1 do Anexo II da Câmara dos Deputados

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Indicados para a Anvisa são aceitos pelo Senado

O Senado aprovou, em votação secreta, duas indicações da Presidência da República para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Com 49 votos favoráveis, Ricardo Oliva foi reconduzido ao cargo, para um mandato de três anos.

Por igual número de votos, Cláudio Maierovich Pessanha Henriques foi aprovado para ocupar um lugar na diretoria consultiva da agência, pelo mesmo período de tempo, em substituição a Luiz Felipe Moreira Lima.

Seis emissoras de rádio e TV recebem permissão

O Plenário aprovou ontem seis projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

A Fundação Educativa Apoio poderá operar uma emissora de TV em Taguatinga (DF). Na mesma cidade será instalada a Rádio JK FM. A Fundação João Paulo II poderá explorar serviço de radiodifusão em onda média em Palmas (TO). Receberam autorização para radiodifusão comunitária a Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria do Jetibá (ES); a Associação Cultural e Comunitária de Radiodifusão de Campo Alegre (AL); e a Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Cismázia, em Ibicuí (BA).

Escórcio: aluno carente tem apoio no Maranhão

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) elogiou a iniciativa do governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, de instituir cursos preparatórios para o vestibular das duas universidades públicas do estado: Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Todas as vagas serão destinadas aos jovens de famílias pobres que não têm condições de pagar os chamados cursinhos particulares.

Os cursinhos para jovens carentes, que iniciarão as atividades no próximo semestre, terão seus alunos selecionados por representantes da comunidade, informou o senador.

— Será uma espécie de conselho municipal, para garantir que as vagas sejam preenchidas por pessoas pobres — explicou Francisco Escórcio, acrescentando que, além de frequentar as aulas, os estudantes receberão uma quantia mensal em dinheiro.

Plenário autoriza cobrança de taxa de iluminação pública pelos municípios

Proposta de emenda à Constituição acolhida em primeiro turno pelo Senado pode regularizar situação atual: algumas prefeituras cobram pelo serviço e outras hesitam em fazê-lo

Por 63 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que autoriza o Distrito Federal e os municípios a cobrarem taxa de iluminação pública. Para facilitar a cobrança, a contribuição poderá ser incluída na fatura de consumo de energia elétrica.

Ao encaminhar a votação, o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), lembrou que muitos municípios já fazem essa cobrança, havendo, portanto, necessidade de se regularizar a situação. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) destacou que alguns municípios cobram a taxa, en-

quanto outros hesitam em fazê-lo, por considerá-la inconstitucional.

— A uniformização entre as administrações municipais é importante — afirmou.

A PEC tramita em conjunto com uma segunda proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Romero Jucá, de idêntico teor. Em seu parecer, o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Luiz Otávio (PPB-PA), foi favorável à proposta de Álvaro Dias e pela pre-



Álvaro é o autor da proposta que autoriza a cobrança de taxa de iluminação pública

judicialidade da iniciativa de Romero Jucá.

O relator considerou oportuna a proposta, uma vez que os municípios enfrentam dificuldades para implantar e manter os serviços que lhes incumbem. O modelo tributário, sustentou, é centralizador, em total desconhecimento com a descentralização de serviços por todos preconizada e, mais do que isso, exigida pelos cidadãos que têm, na administração local, o desagua-

douro natural de todas as suas demandas e carências de serviço público.

Segundo Luiz Otávio, o custeio das despesas com iluminação pública assumiu caráter de dramaticidade, agravado ainda mais quando ocorreu a privatização do setor elétrico, trazendo consigo mais rigor nas cobranças, inclusive com suspensão de fornecimento de energia, deixando várias cidades às escuras.

A aprovação da PEC de Álvaro Dias dará respaldo legal à taxa de iluminação pública que já vem sendo cobrada por muitos municípios e que foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, concluiu o relator, no parecer.

Aprovado acordo internacional para eliminar discriminação contra mulher

As mulheres brasileiras e as entidades nacionais de defesa dos direitos femininos contaram com apoio internacional para colocar em prática os princípios da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. O Plenário do Senado ratificou ontem protocolo facultativo a essa convenção por meio do qual o Brasil passa a reconhecer a competência de um comitê destinado a acompanhar denúncias de violação de direitos apresentadas por grupos ou indivíduos dos países signatários.

O protocolo foi ratificado em votação simbólica, após ser rejeitado, por 40 votos a 15, requerimento destinado a adiar a análise da matéria. O requerimento foi apresentado pelos senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO) e Nabor Júnior (PMDB-AC), que indicaram a existência de dúvida a respeito da orientação sobre o tema adotada pela Igreja Católica.

A relatora da matéria, senadora Emilia Fernandes (PT-RS), lembrou que seu parecer favorável foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e registrou a realização de audiência pública sobre o tema, com a participação de movimentos de mulheres, representantes do governo e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A votação em Plenário che-



Emilia deu parecer favorável ao acordo e defendeu a votação da matéria ontem

gou a ser adiada, no mês passado, devido à suposta resistência da CNBB. Como esclareceu a senadora, no entanto, a posição oficial da Igreja, divulgada na audiência pública, era pela ratificação.

Mesmo assim, durante o debate, o senador Álvaro Dias (PDT-PR) leu documento redigido pelo bispo de Anápolis, dom Manuel Pestana Filho, pedindo a rejeição do protocolo, a seu ver “um atentado contra a soberania nacional”.

Em seguida, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) anunciou que o bispo tinha o apoio dos três senadores de Goiás e leu o nome de 70 prelados que haviam assinado o documento, entre os quais dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT).

Diante da dúvida sobre a posição da Igreja, foi apresentado o requerimento de adiamento, afinal rejeitado. A senadora Heloísa Helena (PT-AL), contrária ao adiamento, observou que o debate sobre o tema poderia estar sendo exagerado, uma vez que o protocolo não trata do aborto nem cria direitos. Também contrário ao adiamento, o líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), afirmou que o protocolo não fere idéias cristãs. E o senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu a ratificação do acordo e disse que o Senado não poderia ficar “à mercê de divergências internas da Igreja”.

Senadores elogiam criação do Tribunal Penal Internacional

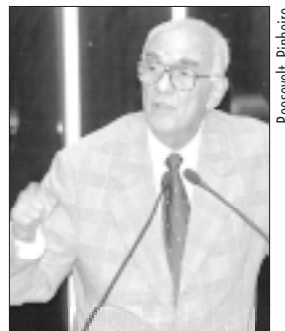
O governo brasileiro poderá ratificar, em breve, o acordo para a criação do Tribunal Penal Internacional. O Plenário aprovou ontem projeto de decreto legislativo que acolhe o texto do Estatuto de Roma, por meio do qual os países signatários aceitam a jurisdição do novo tribunal, com sede em Haia, sobre crimes de genocídio, guerra, agressão e contra a humanidade.

De acordo com o estatuto, o Tribunal Penal Internacional será permanente, com jurisdição sobre pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, e complementar às jurisdições penais nacionais.

Durante o debate, o senador José Fogaça (PPS-RS) afirmou que a recente polêmica sobre o julgamento na Europa do ex-presidente chileno Augusto Pinochet não teria ocorrido se a instituição já estivesse em pleno funcionamento. Na sua opinião, Pinochet seria julgado pelo tribunal.

— Direitos humanos não são apenas questão de ordem interna dos países, são uma questão da humanidade — afirmou.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) definiu a criação do tribunal como um “marco na evolução da humanidade”. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que a nova instituição demonstra o reconhecimento da existência de uma instância internacional de proteção dos direitos humanos.



Roberto Saturnino vê um “marco na evolução da humanidade”

Mais vítimas da repressão devem ser indenizadas

Foi aprovado ontem pela CCJ projeto do Executivo que amplia as possibilidades de indenização pelo Estado em virtude da repressão política durante o regime militar. A proposta, relatada por Osmar Dias, vai agora ao Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem relatório do senador Osmar Dias (PDT-PR) favorável ao projeto de lei que amplia as possibilidades de as vítimas da repressão política solicitarem indenizações ao Estado. A proposta, de autoria do governo federal, já foi aprovada pela Câmara e agora segue para o Plenário do Senado.

O projeto altera a lei de 1995 que reconhece como mortas pessoas desaparecidas por terem participado, ou sido acusadas de participação, de atividades políticas. E é ampliado, de 15 de agosto

de 1979, data de sanção da Lei da Anistia, para 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição, o prazo para que seja caracterizada a participação em atividades políticas, que se inicia em 2 de setembro de 1961.

A proposta também amplia o universo das pessoas que podem receber indenização, ao retirar do texto dispositivo que identificava como beneficiários da lei apenas os familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Segundo a exposição de motivos do Executivo, a proposição destina-se a alcançar os casos em que os interessados entraram

com requerimento fora do prazo ou por desconhecimento da legislação, identificando a existência de dotações orçamentárias entre 2001 e 2003 para atender às vítimas da repressão política.

— O projeto constitui importante contribuição do Poder Executivo para a reparação de situações que ocorreram num período extremamente difícil na história brasileira. É de especial significação também para resgatar a dignidade de famílias de desaparecidos políticos e indenizá-las e, finalmente, para o fortalecimento da democracia no país — afirmou Osmar Dias.



Célio Azevedo

A CCJ acolheu a proposta que amplia até 5 de outubro de 1988 o prazo para que se caracterize participação em atividades políticas

Símbolo das Armas Nacionais pode ter mudança

Foi discutido ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) relatório do senador José Fogaça (PPS-RS) a projeto de lei, já aprovado pela Câmara, que regulamenta o uso dos símbolos nacionais. Entre as modificações propostas, está a substituição do ramo do guaraná nas Armas Nacionais. A matéria não foi votada porque o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) pediu vista do relatório.



Célio Azevedo

Fogaça é favorável à adoção do ramo do guaraná nas Armas

Segundo Fogaça, a alteração

tem um viés educacional, pois, disse, o guaraná não causa dano à saúde nem dependência, além de se tratar de produto genuinamente nacional.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que “é incômodo” ter como símbolo uma planta nociva. Ele elogiou a opção pelo guaraná, espécie autóctone. Os senadores Fernando Ribeiro e Roberto Requião (PMDB-PR) também elogiaram a substituição.

Ribeiro discordou, entretanto, da sugestão da troca, na Bandeira Nacional, da estrela que represen-

ta o Pará — a única acima da frase “Ordem e Progresso” — pela do Distrito Federal. Para ele, a mudança é discriminação com o povo paraense.

Fogaça informou que o texto foi fruto de discussão com o Ministério da Cultura e outros setores do governo, como as Forças Armadas. Conforme disse, o projeto mantém os rituais necessários às cerimônias militares, mas liberaliza o uso dos símbolos nacionais em situações em que não sejam ridicularizados. Assim, a Bandeira poderá ser usada em estampas, inclusive em roupas. A proposta também acaba com a proibição de que se batam palmas após a execução do Hino Nacional.

Armas Nacionais foram instituídas em 1889

A figura que representa as Armas Nacionais foi instituída no dia 19 de novembro de 1889, quatro dias após a Proclamação da República e na mesma data em que foi criada a Bandeira Nacional. As Armas Nacionais foram criadas pelo engenheiro alemão Arthur Sauer, que morava no Rio de Janeiro. Ele recebeu a incumbência do marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente republicano.

O brasão das Armas é constituído de um escudo redondo azul, contendo em seu interior cinco estrelas de prata, que representam o Cruzeiro do Sul. Nas laterais do escudo azul há 27 estrelas brancas, simbolizando os estados brasileiros e o Distrito Federal. O escudo está assentado sobre uma espada vertical, representando a espada de Deodoro. O conjunto tem um ramo em cada um dos lados, à direita, um de café, e à esquerda, um de fumo.

De acordo com a legislação, o uso das Armas Nacionais é obrigatório no palácio da Presidência da República e na residência oficial do presidente; nos edifícios-sede dos ministérios, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, além das sedes dos governos estaduais e municipais. O brasão deve ser usado também na fachada dos edifícios das repartições públicas federais; nos quartéis das Forças Armadas e das polícias militares; nos navios brasileiros; na fachada ou salão principal das escolas públicas; e nos papéis de expediente, convites e publicações oficiais federais.

O dia 18 de setembro é dedicado a comemorar os chamados símbolos nacionais, que, além do brasão, são a Bandeira, o Selo Nacional e o Hino Nacional. A data faz alusão à criação da primeira bandeira brasileira, após a Independência, em 1822.

Servidor com salário em atraso se livra de multa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR) favorável ao projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) proibindo que a União, estados, municípios, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos cobrem multas, sobre pagamentos em atraso, de servidor público que não tenha recebido salário na data programada. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Segundo Simon, são frequentes os atrasos no pagamento de salários devidos por entes públicos da administração direta e indireta. O Estado, disse, deve se solidarizar com seus servidores que, por falta da administração pública, não recebem os vencimentos no dia previsto. Pela proposta, os atrasos no pagamento de impostos e contas de luz, telefone e água não poderão ser multados.

— O projeto tem como propósito fazer com que os servidores da administração direta e indireta

deixem de ser onerados com despesas correspondentes a atrasos na quitação de seus débitos para com os entes públicos e seus concessionários, em razão de atrasos no pagamento de seus vencimentos e salários — justifica Simon.

INFORMAÇÕES

A CCJ também decidiu dar como definitivamente aprovados, em turno suplementar, substitutivos a dois projetos de lei, já votados em caráter terminativo. Um deles estabelece que o Ministério Público tem prazo de dez dias para responder aos pedidos de informação, feitos pelo Senado ou Câmara, que digam respeito a providências sugeridas em relatórios finais de comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Outra proposta que está pronta para análise da Câmara cria regras mais rigorosas para a reparação de danos morais. O projeto define dano moral como “a ação ou omissão que ofenda o patrimônio moral da pessoa física ou jurídica, e dos entes políticos, ainda que não atinja o seu conceito na coletividade”.



Célio Azevedo



José Cruz

Roberto Requião é autor do relatório favorável a projeto de Pedro Simon que beneficia os servidores que não receberam salário na data prevista

Débito trabalhista pode impedir transações

Pessoas físicas ou jurídicas deverão apresentar certidão negativa para vender ou adquirir imóveis, fechar ou renovar contratos com o poder público. Proposta de Moreira Mendes foi acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça

As pessoas físicas ou jurídicas que quiserem gozar de benefícios fiscais, vender e adquirir imóveis e fechar ou renovar contratos com o poder público terão de dispor de uma Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). No caso das pessoas físicas, isso significa que nenhuma escritura de imóvel poderá ser expedida ou transferida sem que o beneficiário tenha a nova certidão, conforme determina projeto de lei de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo. Ou seja, a matéria só irá a exame no Plenário do Senado em caso de recurso.

Segundo o projeto, relatado por Pedro Simon (PMDB-RS), será exigida a CNDT das empresas e

das pessoas físicas nos casos de contratação ou renovação de contratos com o poder público, no recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios e na averbação de obras de construção no registro de imóveis. Para as pessoas jurídicas, a proposta estabelece que a CNDT será exigida também nos casos de registro de ato relativo a criação, mudança de capital, cisão, transferência de cotas ou extinção da empresa.

O projeto define como débitos trabalhistas o inadimplemento de obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado, proferida pelos órgãos da Justiça do Trabalho ou em acordos judiciais descumpridos, inclusive no que se refere aos recolhimentos previdenciários, honorários, custas e emolumentos.

A CCJ aprovou também proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que procura, segundo o relator, senador José Agripino (PFL-RN), elevar a eficácia do disciplinamento das finanças públicas para União, estados e municípios. A medida permite que a regulamentação do sistema financeiro possa ser feita através de várias leis complementares e não apenas por uma única lei, como determina a Constituição.

A mudança, segundo José Agripino, vai facilitar em muito o trabalho legislativo na área das finanças públicas. A aprovação da matéria prejudicou o voto em separado apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), contrário à mudança. A matéria será agora submetida ao Plenário.



Pelo projeto de Moreira Mendes, a certidão será obrigatória para expedição de escrituras

Comissão veta mudanças nas concessões para táxis

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Osmar Dias (PDT-PR) contrário ao projeto de lei da Câmara que pretendia alterar toda a sistemática de concessão das licenças municipais para a exploração de táxis. O relator considerou a medida inconstitucional e disse que, se ela fosse aprovada, iria desempregar 150 mil taxistas em todo o país. A proposta será arquivada.

Ao apresentar o seu parecer, Osmar Dias disse que não cabe ao Congresso legislar no âmbito municipal. E como as concessões para a exploração de táxis são de natureza municipal, o senador entende ser da alçada dos municípios legislar sobre a questão.

O senador disse ainda ter recebido, nos últimos dias, manifestações de diversos pontos do país contrárias à proposta aprovada na Câmara dos Deputados e que, entre outras coisas, proibia que uma concessão de táxi fosse transferida para a família do concessionário. Ele citou o exemplo de dois profissionais que seriam prejudicados pela medida, caso ela fosse aprovada: o de uma taxista aposentada por invalidez, vítima de um acidente com o seu veículo e

que hoje o aluga para outros motoristas, sendo esse seu meio de sustento; e o de um taxista paraplégico, vítima de um tiro durante um assalto ao seu veículo, e que hoje também vive do aluguel da sua licença. Casos como esses — explicou Osmar Dias — são muitos em todo o país e o projeto iria criar uma enorme dificuldade para essas pessoas.

A aprovação da proposta impediria, também, que um motorista, de posse de uma licença para exploração de táxi, trabalhasse um período e cedesse o veículo a outro motorista para trabalhar outras horas do dia. Isso levaria milhares de profissionais ao desemprego, observou Osmar Dias, que disse ter recebido um abaixo-assinado de taxistas contra a medida, reunindo 60 mil assinaturas.

Os senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Jefferson Péres (PDT-AM) e Waldeck Ornélas (PFL-BA) elogiaram o parecer de Osmar Dias, posicionando-se também contrários à proposta da Câmara. O requerimento apresentado à CCJ por Roberto Freire (PPS-PE), solicitando que o mérito da matéria fosse examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foi considerado prejudicado.



Jefferson Péres e Antonio Carlos Júnior acataram parecer do relator, contrário ao projeto de lei da Câmara dos Deputados



Senadores da CCJ vetaram emendas apresentadas por Moreira Mendes e Ricardo Santos

Emendas que atenuam proibição ao porte de arma de fogo são rejeitadas

As duas emendas de Plenário apresentadas pelos senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Ricardo Santos (PSDB-ES), alterando os termos da proibição à posse e porte de armas de fogo, prevista em projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES), foram rejeitadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), conforme sugerido no parecer do relator da matéria, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

No parecer, aprovado pela CCJ em caráter não-terminativo, o senador Quintanilha esclareceu que a primeira emenda, do senador Moreira Mendes, pretendia condicionar a autorização de porte de arma de fogo à comprovação de idoneidade, de comportamento social produtivo e de capacidade técnica e aptidão psicológi-

ca para o manuseio de arma, dando um prazo de 180 dias para o registro das armas em situação irregular.

A segunda emenda, informou, propunha que o registro, a posse e o porte de arma de fogo para atiradores, caçadores e colecionadores seriam regulados pela legislação já em vigor, que instituiu o Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

Ambas as emendas, segundo o relator, se aprovadas, neutralizariam as intenções da proposta original, que estabelece, no seu art. 1º, a proibição, em todo o território nacional, do fabrico, depósito, porte, uso e trânsito de armas de fogo, excetuadas as descritas ali.

O projeto prevê pena de detenção, de três meses a dois anos, multas e prestação de serviços à

comunidade para os que cometerem crime de posse, guarda, uso ou transporte de qualquer arma de fogo, em circunstâncias diversas das autorizadas em lei. Estabelece, também, o prazo de 90 dias para que a pessoa que tenha a posse de uma arma de fogo recolha-a à Delegacia de Polícia mais próxima, ocasião em que seria indenizada com Letras do Tesouro, mediante recibo.

A CCJ rejeitou também, em sua reunião de ontem, projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que pretendia elevar o limite de isenção do Imposto de Renda nos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva e reforma, de R\$ 1.058 para R\$ 1.800. O parecer aprovado pela CCJ, rejeitando a proposta, foi do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Mozarildo denuncia descaso com a Amazônia

“Há gravíssimos problemas, como prostituição e tráfico de crianças, tráfico de drogas e biopirataria, e o governo não tem dado a atenção que a situação merece”, adverte o senador por Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) denunciou ontem que há um enorme descaso em todo o Brasil com a Amazônia, segundo ele uma região ainda desconhecida em todo o resto do país. “Há gravíssimos problemas, como prostituição e tráfico de crianças, tráfico de drogas e biopirataria, e o governo não tem dado ao problema a atenção que merece”, disse o senador.

Para Mozarildo Cavalcanti, há uma equivocada visão litorânea de que a porta de entrada do Brasil é a costa e de que a Amazônia inteira é uma coisa só, homogênea, enquanto o crime organizado e a violência contra crianças, adolescentes e a população po-

bre tomam conta de toda a área:

– Nossas crianças e adolescentes são prostituídos, levados para a Europa, ou servem de massa de manobra para traficantes. Há evidente conexão com o tráfico organizado da Colômbia, e a maior prova disso é o fato de que o traficante Fernandinho Beira-Mar foi preso justamente em território colombiano. A fronteira norte brasileira está desguarnecida – afirmou Mozarildo, após citar dados contidos em reportagem da revista *IstoÉ* sobre o tráfico e a prostituição de crianças e adolescentes.

Em aparte, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) destacou que a situação da mulher na Amazônia é grave e será tema de con-



Mozarildo Cavalcanti afirma que a fronteira norte do Brasil está desguarnecida

gresso nesta semana, em Brasília. O senador Edison Lobão (PFL-MA) também se referiu à reportagem da revista *IstoÉ* e disse considerar gravíssimo o quadro de violência contra a infância.

Álvaro aponta as marcas negativas do governo FHC

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) apontou o desemprego e a má-distribuição de renda como as principais marcas negativas dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Também citou os fracassos das reformas agrária e tributária e a submissão do atual governo à imposição, pelas grandes potências, de barreiras de importação para os produtos com os quais o país se mostra competitivo.

Álvaro assinalou a existência de oito milhões de desempregados no país, ou 8,3% da população economicamente ativa, segundo as próprias estatísticas governamentais. Ressaltou que esse número se multiplica quando se tomam outros critérios de avaliação, como os usados pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese), os quais consideram como desempregados, por exemplo, também os trabalhadores temporários.

– O Paraná tem milhares de bóias-frias nessa situação.

De acordo com Álvaro, os dados do governo apontam a existência de 400 mil desempregados em seu estado, cujo índice de desemprego (9,3%) situa-se acima da média nacional. Para acabar com



Álvaro: desemprego e má-distribuição de renda comprometem governo

esse déficit e ainda fazer frente aos 350 mil jovens que deverão ingressar no mercado de trabalho, deveriam ser criados 750 mil empregos no Paraná nos próximos quatro anos, afirmou o senador. Além disso, informou, há 470 mil trabalhadores no estado que ganham menos de R\$ 80 por mês.

– Os poucos ricos também não terão salvação se não pudermos socorrer esse exército de marginalizados.

O senador afirmou que o governo de Fernando Henrique Cardoso “impediu o crescimento econômico” do país, sob “o pretexto de se assegurar a estabilidade econômica”. Para não perder sua arrecadação, afirmou o senador, o Poder Executivo não empreendeu a reforma fiscal. Como resultado, há hoje o que o senador chamou de “injustiça fiscal: alguns pagando demais, outros pagando nada”.

– Também a reforma agrária não alcança o objetivo de distribuição de renda.

Álvaro considerou ainda “incompetência governamental” a submissão do Brasil a barreiras protecionistas das grandes potências.

Emilia quer presença de pais nas escolas

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) pediu à Câmara dos Deputados que aprove projeto de lei de sua autoria destinado a incentivar a participação da família na escola. De acordo com o projeto, já aprovado pelo Senado, pai, mãe ou responsável poderão ausentar-se do trabalho a cada dois meses, durante meio período, para o acompanhamento escolar dos filhos. A proposição, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara, aguardando deliberação, desde o final do ano de 2000, conforme informou a senadora.

Emilia acha que a aprovação do projeto é oportuna, uma vez que o próprio governo federal tenta estimular o acompanhamento, pelos pais, da vida escolar dos filhos. A prova disso, observou, é que este ano, pela terceira vez, o Ministério da Educação (MEC) veiculou na imprensa a campanha denominada Dia Nacional da Família na Escola, conclamando os pais a participarem das atividades escolares.

Para a senadora, não bastam campanhas e propagandas com o objetivo de estimular a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Segundo observou, é preciso dar condições efetivas para que ocorra a integração.

Maior patrimônio ambiental do país

A Amazônia ocupa áreas em seis diferentes países, sendo que 69% (5.033.072 km²) de seu território encontra-se no Brasil. A região representa nosso maior patrimônio ambiental, abrigando cerca de 50% da biodiversidade mundial. A Amazônia já perdeu 500 mil km² de matas. 12,5% da sua área total. Em uma década, foram 150 mil km² de mata derrubada, apesar da pouca produtividade da terra (78% dos solos de terra firme são ácidos e de baixa fertilidade natural). Somente 6% da produção agrícola brasileira vêm da Amazônia. No pico do desmatamento, em 1995, consumiu-se uma área equivalente à da Bélgica (29 mil km²).



Fonte: Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Votação de plano de carreira de auditores espera acordo

Em sessão conjunta do Congresso, foi lido ontem parecer do deputado Roberto Pessoa (PFL-CE) sobre a medida provisória (MP) que reestrutura os planos de carreira dos auditores do Tesouro Nacional e organiza as carreiras dos auditores fiscais da Previdência Social e do Trabalho.

O deputado acatou parcialmente algumas das 239 emendas apresentadas ao texto do Executivo e apresentou um projeto de lei de conversão que ainda será submetido à decisão dos parlamentares. Na presidência da sessão, o senador Ramez Tebet determinou que a votação sobre os novos planos de carreira será realizada após negociações entre governo e oposição.

A medida provisória que reestrutura os planos de carreira dos auditores fiscais do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Trabalho institui a Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária – GDAT, que pode chegar a até 50% do vencimento básico dos servidores integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal, Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho. O valor da GDAT deve variar de acordo com o efetivo desempenho do servidor e também das metas de arrecadação fixadas e resultados de fiscalização, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo. O maior vencimento básico será

equivalente a R\$ 4.720,16 e o menor foi fixado em R\$ 988,72. A GDAT poderá ser levada para aposentadoria – neste caso, ela será calculada com base na média dos valores pagos nos últimos 12 meses de efetivo exercício.

SUPLICY E MALDANER

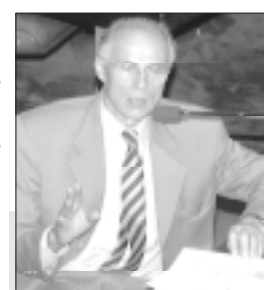
O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a aprovação do projeto de conversão de autoria do deputado Roberto Pessoa.

– Estão aqui presentes 1,5 mil representantes dos auditores fiscais que vieram a Brasília de diversos pontos do país na expectativa da votação da matéria, que já foi objeto da consideração e análise de todos os partidos – afirmou.

No mesmo sentido, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou Ramez Tebet por ter cumprido o compromisso assumido de colocar em votação o projeto de conversão à MP do plano de carreira dos auditores. Ele também elogiou os congressistas pela aprovação do Conselho de Comunicação Social e considerou a decisão um grande avanço.

AUDIÊNCIA

Ramez Tebet concedeu audiência na manhã de ontem a auditores e técnicos da Receita Federal. Eles defenderam a aprovação, pelo Plenário, de emenda do deputado Jovair Arantes (PSDB-GO) à MP que trata da reestruturação da carreira de auditor da Receita.



Eduardo Suplicy defendeu aprovação imediata do plano



Senadores e deputados aprovam nomes para o órgão cuja criação estava prevista na Constituição de 1988

Congresso elege membros do Conselho de Comunicação

Representantes da sociedade, das empresas e dos jornalistas devem auxiliar o Legislativo em matérias relacionadas a políticas para o setor

O Congresso elegeu ontem, para um mandato que se encerrará em 31 de março de 2003, o Conselho Nacional de Comunicação Social, órgão que auxiliará o Legislativo em matérias relacionadas à liberdade de manifestação do pensamento, de criação, de expressão e de informação. Na Câmara, foram apurados 213 votos a favor, 13 contra, 54 em branco e dois nulos. Os votos apurados no Senado revelaram 49 senadores a favor, quatro contra e cinco em branco.

Desde 1988, a Constituição previa a criação desse conselho, normatizado por lei aprovada em 1991, mas que exigia ainda a indicação de 13 integrantes, só agora eleitos. Conforme o exigido pela lei, todos são brasileiros, maiores de idade e gozam de reputação ilibada. À exceção deste mandato-tampão, os integrantes do conselho ocuparão os cargos pelo

prazo de dois anos, podendo ser reconduzidos apenas uma vez.

São os seguintes os 13 representantes eleitos: Paulo Machado de Carvalho Neto (rádio); Roberto Wagner Monteiro (TV); Paulo Cabral de Araújo (imprensa); Fernando Bitencourt (engenheiro); Daniel Herz (jornalista); Francisco Pereira da Silva (radialista); Berenice Bezerra (artista); Geraldo Pereira dos Santos (cinema e vídeo); José Paulo Cavalcanti, Alberto Dines, Jayme Sirotsky, Carlos Chagas e Ricardo Moretzon (sociedade civil).

Eles realizarão estudos sobre solicitações enviadas pelo Parlamento a respeito dos seguintes assuntos: liberdade de manifestação do pensamento; propagação comercial de fumo, álcool, agrotóxico, medicamentos e terapias; diversões e espetáculos públicos; programação de rádio e televisão;

monopólio dos meios de comunicação; finalidades da programação das emissoras de rádio e televisão; promoção da cultura; complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão; defesa da pessoa e da família contra programas que contrariem a Constituição; propriedade das empresas de comunicação; outorga e renovação de concessão; além de legislação complementar.

Compete ao Conselho de Comunicação Social elaborar seu regimento interno, que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela Mesa do Senado. De acordo com a lei, os membros do conselho terão estabilidade no emprego durante o período de seus mandatos. E o conselho se reunirá ordinariamente, na periodicidade prevista em seu regimento interno, na sede do Congresso.

Órgão foi sugerido por jornalistas

A idéia de criar uma instância consultiva em assuntos referentes à comunicação foi da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Em 1987 a entidade apresentou, durante a Assembléia Constituinte, uma emenda popular propondo o Conselho Nacional de Comunicação, que seria um órgão autônomo em relação aos Poderes Executivo e Legislativo, incumbido de estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de

comunicação.

A proposta foi acolhida em setembro de 1988, um mês antes da promulgação da Constituição federal, transformando-se no artigo 224. Os constituintes alteraram a denominação para Conselho de Comunicação Social e o inseriram entre os órgãos criados no âmbito do Congresso Nacional.

Com a instalação do conselho, o Brasil se alia a mais de 20 países onde instâncias similares já funcionam. Na França, por exemplo, o

Conselho Superior Audiovisual (CSA) tem papel relevante de controle do material veiculado na imprensa.

Em geral, esses conselhos são entidades não-governamentais que têm como objetivo assegurar a responsabilidade social dos meios de comunicação. A composição inclui representantes de empresas, do público e de jornalistas. Além disso, eles funcionam como órgãos de arbitragem, com poder de recomendar políticas públicas.

Valadares pede adiamento de decisão sobre TV digital

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu ontem ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que deixe a cargo do próximo governo a decisão sobre o modelo de televisão digital a ser implantado no país. Ele alertou para a complexidade do assunto e para as dificuldades que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está enfrentando para decidir qual sistema digital, entre os três possíveis (japonês, norte-americano ou europeu), será adotado para substituir o atual modelo analógico de televisão.

Valadares acentuou o elevado valor que estará envolvido nas negociações relacionadas com a implementação do novo sistema. Segundo dados divulgados pela Anatel, as cifras estimadas são de US\$ 100 bilhões em negócios a serem feitos nos próximos dez anos. Valores que, de acordo com o senador, estão estimulando acirrada disputa entre os atuais detentores das grandes emissoras de televisão no Brasil.

O senador observou que a competição é tão significativa que três emissoras brasileiras, a Rede Bandeirantes, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e a Rede Record, resolveram desfiliar-se da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) por discordarem da posição de outra filiada, a Rede Globo, que defende a adoção do sistema japonês.

De acordo com Valadares, não existe consenso sobre o melhor modelo, pois os defensores do sis-

tema japonês alegam ser esse o mais avançado, enquanto os que advogam em favor dos sistemas europeu e norte-americano ressaltam o fato de o primeiro não ter sido testado em confronto com os outros dois modelos, que já têm eficiência comprovada.

O senador disse que a decisão vai repercutir em vários setores, como na geração de empregos, na mudança do padrão tecnológico – o que colocará o país em situação de igualdade tecnológica nessa área com os países desenvolvidos – e nos serviços a serem prestados ao consumidor.

Valadares explicou que o modelo atual (analógico) já está ultrapassado e que o novo sistema (digital) permitirá melhor definição de imagens e de sons e, acima de tudo, a conjugação dos serviços em um mesmo instrumento.

A televisão poderá ter interatividade com a Internet e conjugar os serviços de telefonia celular, exemplificou.

TRANSIÇÃO

Outro ponto importante para o qual Valadares chamou a atenção é a necessidade de a Anatel definir, com precisão, como será feita a transição entre um sistema e outro, o que deve consumir, pelos cálculos feitos pela própria Anatel, cerca de dez anos.

– Precisamos cuidar também para que as televisões públicas não desapareçam por não disporem de recursos para trocar seus equipamentos – advertiu o senador, no que foi apoiado por Roberto Saturnino (PT-RJ), que pediu cuidado no estudo da matéria.



Valadares ressalta disputa entre redes de televisão

José Cruz

TV analógica versus TV digital

A diferença técnica entre a TV analógica, atualmente em uso no Brasil, e a TV digital está na transmissão de dados. Enquanto a analógica transmite sons e imagens por meio de ondas eletromagnéticas, mais sujeitas a interferências do meio externo, a televisão digital transmite dados em forma binária, a mesma linguagem dos computadores. Isso diminui a interferência nas informações que os aparelhos de TV recebem e permite maior convergência entre o computador e o televisor, que pode se transformar em um terminal de acesso à Internet.



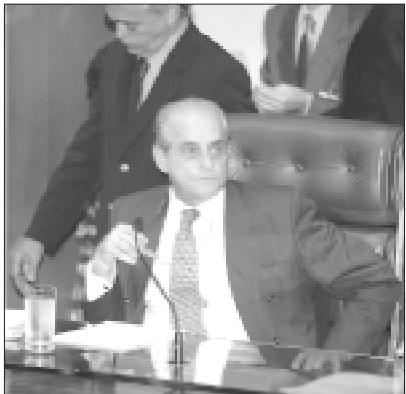
Para o telespectador, a vantagem do novo sistema está na imagem sem chuviscos, no fim dos "fantasmas" e no som com qualidade de CD, além de recursos inovadores. O espectador poderá escolher, por exemplo, em que ângulo quer assistir a uma partida de futebol. A TV digital permite também que o sinal seja recebido por telefones celulares de última geração, que poderão se converter em minitelevisores.

CPMF não retorna à Câmara, afirma Tebet

Presidente do Senado ressalta entendimento entre lideranças partidárias de que as emendas aprovadas terça-feira não descaracterizam o texto. Por isso, disse, a PEC poderá ser imediatamente promulgada após aprovação em segundo turno

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que, após aprovação em segundo turno pelo Senado, promulgará imediatamente a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Para ele, não há necessidade de a matéria voltar à Câmara. A votação final da PEC no Senado está marcada para o dia 12.

— Marcamos reunião e promulgamos imediatamente todas as emendas constitucionais votadas. Não há razão para demorar com essa — disse.



Ramez Tebet considera que não há razão para proposta retornar à Câmara

Segundo Tebet, até agora os destaques votados não alteram o conteúdo do texto. Ele entende que há consenso entre as lideran-

ças de que as emendas aprovadas pelos senadores, na votação da PEC em primeiro turno, terça-feira, não descaracterizam o texto.

— O entendimento que está prevalecendo entre as lideranças é o de que não houve alteração da lei propriamente dita, portanto não há necessidade de a matéria retornar à Câmara. É o que tenho observado desde a votação de ontem à noite. Agora, quero lembrar que temos ainda uma votação de segundo turno, e convém ter prudência.

Tebet disse que sua conclusão acompanha a tendência demonstrada até agora pelo Senado.

— Acho que vamos aprovar essa

matéria, que por sinal é muito aguardada pela nação. Não está havendo investimentos, o Orçamento de 2002 não foi liberado, tudo o que puder ser feito no interesse do país, o Senado deve fazer — afirmou.

A contribuição tem a vantagem de ser “um imposto moderno, insonogável”, avalia Tebet.

— A carga tributária é muito grande, por isso, mais adiante, ao fazer a reforma tributária, poderíamos manter a CPMF, mas diminuindo a carga em outro sentido, por meio das contribuições sociais, por exemplo. O povo não agüenta mais pagar tanto imposto — ressaltou o senador.

Tebet também comentou a política nacional e reafirmou a confiança na aprovação da coligação com o PSDB pelo seu partido, o PMDB. O senador considerou “fora de cogitação” a possibilidade de aliança do PMDB com o PT.

COMUNICAÇÃO

Sobre o Conselho de Comunicação Social, que teve ontem os integrantes aprovados, Tebet destacou a importância estratégica do órgão que assessorará o Congresso Nacional.

— Foi um compromisso das Mesas da Câmara e do Senado instalar esse conselho, previsto na Constituição desde 1988 — lembrou o presidente do Senado.

CAE recebe denúncia contra McDonald's

Pela locação ou sublocação do imóvel em que se instala uma franququia do McDonald's, a franqueadora cobra até 24% dos lucros do estabelecimento, mais 5% de royalties e outros 5% para serem usados na propaganda da marca. A denúncia foi feita em audiência, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por Jacques Riegler, presidente da Associação dos Franqueados Independentes do McDonald's. Os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Roberto Requião (PMDB-PR) consideraram a cobrança extorsiva.

Também participaram do debate os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da CAE Lindberg Cury (PFL-DF), autor do requerimento de convocação da audiência Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP), além do vice-presidente do McDonald's do Brasil, Alcides Terra, dos presidentes da Associação Brasileira de Franchising, Gerson Keila,



Audiência na comissão discutiu com empresários e representantes do McDonald's e governo situação da franququia no Brasil

e da Associação dos Franqueados do McDonald's, Antônio Acioly, e de representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Carlos Bezerra é autor de projeto que proíbe a sublocação do imóvel pelo franqueador ao franqueado por valor superior ao da locação. No caso do McDonald's, o franqueado é proibido de ser proprietário do imóvel onde se

instala o negócio. Ou o McDonald's é o proprietário ou aluga o imóvel e o subloca ao franqueado pelo valor equivalente a até 24% dos lucros do estabelecimento.

Suplicy disse que a audiência mostrou a realidade das franquias. Lindberg defendeu mudança na legislação para garantir a sobrevivência dos franqueados e dos concessionários de grandes marcas multinacionais. Para Tuma, a sublocação é um dos problemas do mercado imobiliário.

Mais quatro obras devem voltar a ter verba da União

A Comissão Mista de Orçamento retirou ontem mais quatro obras da lista de projetos com indícios de irregularidades graves. Com a decisão, que vai ainda ao Plenário do Congresso, as obras voltarão a receber verbas da União. A comissão concordou com parecer do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou aos órgãos responsáveis a correção das irregularidades.

São dois projetos na área de transportes e dois de energia elétrica. A empresa Manaus Energia S.A. teve duas obras suspensas porque usou em outros programas verbas destinadas à implantação de termelétrica em Manaus e à construção de sistema de transmissão de eletricidade em quatro municípios. A empresa ponderou que não pediu verbas para a termelétrica, mas precisa expandir com urgência o siste-

ma de distribuição em Manaus, além de adquirir equipamentos de informática. O TCU aceitou as explicações.

Uma terceira obra, a cargo do Ministério dos Transportes, teve as verbas suspensas porque fiscais do TCU detectaram falta de acostamentos na rodovia BR-316, em trecho na cidade de Castanhal (PA). Ficou esclarecido que o acostamento não foi construído já que, no lugar, será instalada ciclovia, para dar mais segurança a pedestres e ciclistas.

A comissão concordou em retirar da lista o contorno rodoviário em Colatina (ES), também sob responsabilidade do Ministério dos Transportes. Na obra, o TCU encontrou várias irregularidades. Conforme o tribunal, os problemas foram solucionados, e a empresa aceitará as mudanças impostas pelos auditores.

Tuma defende fiscalização dos rodeios

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) solicitou apoio para projeto de lei, incluído na pauta da sessão de hoje, que estabelece a fiscalização sanitária animal nos rodeios. A proposta, destacou, está em regime de urgência e tem parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO) na Comis-

são de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto contém regras sobre os apetrechos utilizados pelos peões. Os equipamentos, explicou Tuma, não poderão causar sofrimento ou ferimentos aos animais e obedecerão a normas estabelecidas pela entidade representativa do rodeio.

A proposta define também a obrigatoriedade de a entidade organizadora de rodeio contratar seguro pessoal de vida e invalidez permanente para os profissionais de rodeio, além de obrigar a empresa a comunicar o evento ao órgão estadual competente com antecedência.

Brasil só perde para os EUA

Segundo a Federação Nacional do Rodeio Completo, o Brasil possui a **segunda** maior indústria de rodeio do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, com cerca de **1,2 mil** eventos por ano e público estimado de **24 milhões** de pessoas. Incluído no ramo do agronegócio, o rodeio brasileiro gera **138 mil** empregos por ano e movimentação de **R\$ 1,5 bilhão**.



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e Lúcio Coelho